

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
D I R E T O R I A G E R A L
COMISSÃO DE PREGÃO

Pregão Eletrônico nº 17-2020 - Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços continuados de limpeza, conservação e higienização em prédios da Justiça Eleitoral em Natal/RN

Processo Administrativo Eletrônico nº 1781/2020-TRE/RN

INFORMAÇÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

- 1.** Cuida-se de recurso administrativo interposto pela empresa **JR CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI** - CNPJ: 13.963.910/0001-11 contra o resultado do Pregão Eletrônico nº 17/2020 que objetiva a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços continuados de limpeza, conservação e higienização em prédios da Justiça Eleitoral em Natal/RN, no qual a proposta da empresa **CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI** – CNPJ 02.567.270/0001-04 foi declarada vencedora.
- 2.** A **RECORRENTE**, em essência, insurge-se contra o resultado de cálculo de valores de itens na planilha de custos e formação de preços da **RECORRIDA**. Em especial os constantes nos SUBMÓDULOS: 2.1 (Férias e adicional de férias), 2.3 (Transporte), e 4.1 (Ausências legais), MÓDULO 5 (Uniforme) e Item 07- Pacote 2.
- 3.** Cita ainda a **RECORRENTE**:

“Levamos em consideração apenas a função de ASG tendo em vista que a mesma representa 59% do objeto licitado, mas adiantamos que todas as inconformidades aqui encontradas estão presentes também nas planilhas de carregador, jardineiro, supervisor e encarregado, sendo pertinente afirmar que o déficit aqui apurado se torna apenas um indício da inexecuibilidade da proposta apresentada pela empresa Clarear.”
- 4.** Ao final requer, em resumo, a desclassificação da **RECORRIDA**.
- 5.** A **RECORRIDA** por sua vez, contrarrazou o recurso da **JR CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI**, em síntese, afirmando a exequibilidade de sua proposta, bem como apresenta justificativa sobre os itens questionados.

6. Cita a RECORRIDA:

“Quanto ao SUBMÓDULO 2.1 (Férias e adicional de férias) “sendo o pagamento ocorrido nos termos do que preceitua o artigo 129 e o inciso I, artigo 130, do Decreto-Lei nº 5.452/43 – CLT, há plena regularidade do percentual cotado pela empresa vencedora com o percentual para Férias de 11,11%.

Quanto ao SUBMÓDULO 2.3 (Transporte) “a passagem na Cidade do Natal é no valor de R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos) para cartão eletrônico e R\$ 4,00 (quatro reais) em espécie, conforme portaria no Diário Oficial do Município em 17 de maio de 2019.

Quanto ao MÓDULO 5 (Uniforme) “(...) possui fabricação própria em grandes quantidades, possuindo estoques, podendo assim reduzir o seu preço ao máximo, (...).

Quanto ao Item 07- Pacote 2 “Todos os pacotes foram calculados conforme determinados no Termo de Referência para cada tipo de função.”

7. Ao final requer, em síntese, a improcedência do recurso, com a manutenção da classificação da Recorrida e homologação da sua proposta.

8. Por tratar a questão de valores de itens da planilha de custos e formação de preços, foi solicitado a Seção de Gestão de Contratos – SEGEC análise e informação sobre as razões e contrarrazões apresentadas, uma vez que a aceitação da planilha teve como base o exame realizado por essa unidade técnica.

9. Na ocasião, a SEGEC informou:

“1. Preliminarmente, faz-se necessário frisar que este TRE não possui normas internas que regulamentem ou determinem percentuais máximos ou mínimos que devam constar das propostas ou planilhas de custos e formação de preços apresentadas por ocasião de certames licitatórios deflagrados, com exceção das disposições insertas em edital.

2. Dessa forma, excetuando-se percentuais e valores que decorram de lei ou demais regramentos de cunho trabalhista (convenções, acordos, dissídios etc) e, também, constem no edital respectivo, as empresas licitantes, na cotação de valores e percentuais, não estão obrigadas a observar parâmetros definidos como médias nacionais, tendo em vista o número de variáveis e peculiaridades que podem influenciar a projeção de custos de cada concorrente.

3. No que refere aos pacotes de serviços adicionais, salvo equívoco, é pertinente salientar que são mecanismos utilizados por este Tribunal com o propósito de racionalizar e facilitar o gerenciamento de despesas decorrentes de contratações de serviços com mão de

obra residente. Nesse sentido, há que se discernir o liame laboral existente entre a empresa e seus respectivos empregados/colaboradores do enlace contratual que vincula a figura do órgão contratante e contratado(a), pois neste caso há contratação do serviço (não do empregado). A título de exemplo: o TRE paga pelo acionamento de pacotes adicionais contratados e a empresa, a depender do caso, remunera o empregado pela hora extra efetivamente trabalhada

Analisando os pontos abordados pela recorrente, naquilo que cabe a esta SEGEC:

Com relação ao custo do transporte: não há inconsistência matemática, a empresa Clarear cotou o valor unitário da passagem a R\$ 3,90 (salientando que a partir de 01/03/2020, com o reajuste, a tarifa passou para R\$ 4,15).

Valor unitário do uniforme: trata-se de custo gerencial da empresa, já justificado pela recorrida.

Pacote 7 (Limpeza e conservação Lavagem de pisos, área de sanitário, coleta de lixos, limpeza de vidros e mobiliário entre outros)

Trecho extraído do termo de referência (pacote 7):

Observação: 1) o custo do pacote contempla 1 (uma) diária de trabalho com o acréscimo de deslocamento e pernoite para 1 (um) profissional aos domingos e feriados. O valor desse deslocamento inclui a alimentação e transporte da residência do profissional até o imóvel do TRE/RN na capital. O transporte do profissional do imóvel do TRE/RN da Capital para o Interior do Estado será de responsabilidade do Tribunal.

2) Ressaltamos que esse pacote inclui um dia de trabalho do profissional acrescido de valores para cobrir as despesas com deslocamento. A título de sugestão apontamos o valor de deslocamento + pernoite na ordem de R\$ 120,00 + o valor da diária de trabalho referente ao domingo ou feriado.

Para o cálculo do custo acima mencionado (P7), a recorrida dividiu o valor total do empregado por 30, encontrando, com isso, o valor do dia trabalhado, multiplicou o resultado por 2 (por ser tratar de domingo/feriado) e, após isso, somou o valor de R\$ 120,00, conforme sugestão disposta no termo de referência.

Memória de cálculo: $(2.494,40/30)*2 + 120 = 286,29$

Acerca das Cláusulas 26 e 60 da CCT 2019/2020 (RN000021/2019), fl. 83: salvo melhor juízo, não entendo como obrigatório seja consignado como custo específico nas planilhas. Poderia, caso se entenda necessário, ser diluído nos custos indiretos.”

Análise.

10. Insurge-se, em essência, a **RECORRENTE** através do presente recurso contra o resultado de cálculo dos valores de itens na planilha de custos e formação de preços da **RECORRIDA**, declarada vencedora no certame.
11. Convém ressaltar, que para julgamento da licitação fora eleito o critério menor preço global por lote, conforme o item 8.3 do edital. E assim, e sob essa condição o pregão foi julgado.
12. De outra parte, colhe-se do entendimento do TCU, que a planilha de custos e formação de preços tem caráter subsidiário e instrumental, conforme acórdãos 906/2020 - plenário e 2060/2009- Plenário.

ACÓRDÃO Nº 2060/2009 - TCU – Plenário

1.5.1.3. abstenha-se, na fase de julgamento das propostas de futuros procedimentos licitatórios, de considerar erros ou omissões no preenchimento da planilha de custos e formação de preços prevista na IN SLTI/MP n.º 02/2008 como critério único de desclassificação de licitantes, em razão do caráter instrumental da planilha de preços, do disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e a da jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 2.104/2004, 1.791/2006 e 1.179/2008, todos Plenário, e Acórdão n.º 4.621/2009, da 2ª Câmara); (sublinhado acrescido)

ACÓRDÃO 906/2020 - PLENÁRIO

27. Sobre o tema, o TCU tem entendimento firme, reforçado no recente Acórdão 39/2020-TCU-Plenário, Ministra Relatora Ana Arraes, no sentido de que a planilha de preços tem caráter instrumental, sendo que eventual erro é de ampla e exclusiva responsabilidade do licitante, que deve arcar com os custos da execução contratual. No mesmo sentido, os Acórdãos 963/2004-TCU-Plenário, Ministro-Relator Marcos Vinícius Vilaça; Acórdão 1.179/2008-TCU-Plenário, Ministro-Relator Raimundo Carreiro; Acórdão 4.621/2009-TCU-2ª Câmara, Ministro-Relator Benjamin Zymler; Acórdão 2.060/2009-TCU-Plenário, Ministro-Relator Benjamin Zymler; Acórdão 2.562/2016-TCU-Plenário, Ministro-Relator Augusto Sherman.

(...)

29. Assim, não se vislumbra razoável a desclassificação de empresas por divergências entre percentuais e valores individualizados de planilhas de custos, que têm caráter instrumental e que devem servir, especialmente, de subsídio para repactuações dos contratos celebrados, devendo a exequibilidade das propostas ser aferida por outros meios, como, por exemplo, pela verificação de contratos de natureza similar já executados pela empresa. O que não se verificou, em análise do chat do Pregão, para a empresa melhor classificada

Alô Serviços Empresariais Ltda. (peça 22, p.35 e 36)(sublinhado acrescido)

13. Assim, em via de consequência, a partir desses julgados, admitir que suposto erro ou omissão no valor de item(ns) da planilha seja suficiente para justificar a desclassificação da proposta quando o critério de julgamento é o **menor preço global por lote**, smj, parece não está alinhado com a jurisprudência do TCU.
14. Ademais disso, conforme ressaltou a SEGEC em sua análise, citada acima, o “TRE não possui normas internas que regulamentem ou determinem percentuais máximos ou mínimos que devam constar das propostas ou planilhas de custos e formação de preços apresentadas por ocasião de certames licitatórios deflagrados, com exceção das disposições insertas em edital.”
15. E ainda que “(...) excetuando-se percentuais e valores que decorram de lei ou demais regramentos de cunho trabalhista (convenções, acordos, dissídios etc) e, também, constem no edital respectivo, as empresas licitantes, na cotação de valores e percentuais, não estão obrigadas a observar parâmetros definidos como médias nacionais, tendo em vista o número de variáveis e peculiaridades que podem influenciar a projeção de custos de cada concorrente.”
16. Ressalta-se ainda que aquela unidade técnica na sua informação Nº 095/2020-SEGEC (fls. 949) ao apreciar a planilha da RECORRIDA, avaliou, em resumo, que os valores informados estão de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho mencionada e com a legislação pertinente, bem como, que nos módulos compostos por itens gerenciáveis, de custos indiretos e lucro, via de regra, não cabe ao contratante a interferência sobre tais cotações.
17. Quanto à inexecutabilidade da proposta da RECORRIDA, os critérios para configurar essa condição, estão estabelecidos no art. 48, § 1º da Lei 8.666/1993.
Art. 48. Serão desclassificadas:
(...)
§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexecutáveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou
b) valor orçado pela administração.
18. Desta foram, com base nos valores dos últimos lances ofertados pelos licitantes, constantes do relatório do COMPRASNET de fls. 1165/1166, verifica-se que a proposta da RECORRIDA não se amolda a hipóteses de manifestamente inexecutável estabelecidas na Lei.
19. Por fim, acredita-se, smj, que os motivos alegados pela recorrente, não se mostraram suficientes para ensejar a reformar a decisão ora atacada.

CONCLUSÃO

- 20.** Considerando o disposto na Portaria nº 106/2020-DG, que designou os servidores para comporem a equipe única de pregão do TRE-RN, com base no art. 17, inciso VII, do Decreto 10.024/2019, e em obediência aos princípios da vinculação ao edital, da busca da proposta mais vantajosa, mantenho a decisão da declaração da empresa **CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA** - EIRELI vencedora do aludido pregão eletrônico, posicionando-me pelo não provimento aos apelos interpostos pela empresa **JR CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI**.

À consideração superior para deliberação final.

Natal, 09 de junho de 2020.

PEDRO SANCHO DE MEDEIROS
Pregoeiro